



**A COMISSÃO DE SAÚDE, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER, ÀS 9 HORAS DO DIA 09 DE ABRIL DE 2024, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES Nº 02, E POR VIDEOCONFERÊNCIA, COM A SEGUINTE PAUTA:**

**I – Discussão e votação da Ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde, da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura.**

**II – Ordem do dia**

**a) Discussão e votação de requerimento:**

**RCC/0078/2024** - De autoria do **Deputado Neodi Saretta**, requerendo convite à Secretária de Estado da Saúde, com o objetivo de apresentar e debater as questões relacionadas a filas de cirurgias eletivas, o atual quadro referente a Covid-19 e a Dengue, em nosso Estado.

**b) Discussão e votação de pareceres:**

**DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES**

**PL./0113/2023** – De autoria do Deputado Marquito, que “Altera a Lei nº 17.580/2018 que dispõe sobre a distribuição, o preenchimento e o fluxo das Declarações de Nascidos Vivos (DNV) para profissionais que realizam parto domiciliar para incluir as parteiras tradicionais”.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER**

**PL./0533/2023** - De autoria do Deputado Altair Silva, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Armazém”.

**DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER**

**PL./0389/2023** - De autoria do Deputado Volnei Weber, que “Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Balneário Rincão e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

**PL./0262/2023** - De autoria do Deputado Marcos da Rosa, que “Acrescenta art. 186-A à Lei nº 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", para garantir o tratamento equitativo à pessoa com deficiência auditiva em centros de formação de condutores”.